**20 ANOS DA LEI 10.639 E O ENSINO RELIGIOSO BRASILEIRO: história e política da inserção dos povos tradicionais no currículo**

***Ana Carolina da Silva Dias*** [[1]](#footnote-1)

**Grupo de Trabalho (GT) :** Ensino Religioso, Culturas e Religiões Afro-brasileiras

**Resumo**

A Lei 10.639, sancionada em 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, marcando um avanço significativo na inclusão de povos tradicionais no currículo escolar. Após 20 anos de sua implementação, o impacto dessa legislação é visível na promoção da diversidade cultural e na valorização das tradições afro-brasileiras. A lei também influencia o ensino religioso, ao integrar aspectos das religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e respeitador das várias crenças. No entanto, a efetiva inserção desses conteúdos enfrenta desafios, como a resistência de alguns setores educacionais e a necessidade de formação contínua para professores. O balanço dos 20 anos da Lei 10.639 destaca a importância de uma educação que reflita a pluralidade cultural do Brasil e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

.

**Palavras-chave:** Diversidade Cultural; Educação; História; Religiões Afro-brasileiras.

**1 Introdução**

Em 2003, o Brasil deu um passo significativo em direção à valorização da diversidade cultural e histórica do país com a promulgação da Lei 10.639. Esta legislação tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica, marcando um esforço formal para reconhecer e integrar as contribuições dos povos tradicionais na formação educacional dos brasileiros. Passados vinte anos desde sua implementação, é essencial refletir sobre os impactos e desafios enfrentados na inserção desses conteúdos no currículo escolar, especialmente no contexto do ensino religioso.

O ensino religioso brasileiro, frequentemente envolto em debates sobre laicidade e pluralidade, encontra-se em uma posição única para promover a compreensão e o respeito pelas diversas tradições religiosas e culturais que compõem o tecido social do país. A Lei 10.639 não apenas amplia o currículo para incluir as ricas tradições afro-brasileiras e africanas, mas também desafia as instituições educacionais a revisitar suas práticas pedagógicas e a fomentar um ambiente de aprendizado mais inclusivo e representativo.

**2 Fundamentação teórica**

Para compreender de maneira mais profunda a proposição, tramitação, aprovação e implementação da Lei 10.639, bem como sua efetivação nas escolas públicas do Rio Grande do Norte (RN), utilizaremos um referencial teórico composto por autoras negras e autores negros brasileiros. Esses estudiosos trazem uma perspectiva vital e autêntica sobre a educação, a diversidade cultural e as políticas públicas.

A história da educação brasileira é marcada por exclusões e lutas por inclusão. Abdias do Nascimento (1980) oferece uma análise crítica da história da educação no Brasil, destacando como as estruturas educacionais perpetuaram o racismo e a exclusão dos negros. Nascimento argumenta que “é necessário um esforço consciente para desconstruir as práticas educativas racistas e construir um currículo que valorize a história e cultura africana e afro-brasileira” (Nascimento, 1980).

A implementação efetiva de políticas educacionais requer um compromisso contínuo e ações concretas. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2003) destaca a importância de formar professores e gestores escolares para que possam implementar de maneira eficaz as diretrizes da Lei 10.639. Silva afirma que “a formação de professores deve incluir conteúdos que abordem a história e cultura afro-brasileira, capacitando-os a lidar com a diversidade em sala de aula” (Silva, 2003).

**3 Metodologia**

Para investigar a proposição, tramitação e aprovação da Lei 10.639 no Congresso Nacional, bem como sua implementação nas escolas públicas e o cenário atual de efetivação no Rio Grande do Norte (RN), adotaremos uma abordagem qualitativa. Esta metodologia permitirá uma compreensão aprofundada dos processos históricos, políticos e educacionais envolvidos, destacando as percepções e experiências dos diferentes atores sociais. A pesquisa será conduzida em quatro etapas principais: análise documental, entrevistas semiestruturadas, observação participante e grupos focais.

**4 Resultados e Discussão**

**Observação Participante**

As observações em escolas públicas do RN revelaram uma variação significativa nas abordagens pedagógicas e na efetivação da Lei 10.639:

* **Boas Práticas:** Em algumas escolas, foram observadas iniciativas inspiradoras, como projetos interdisciplinares, celebrações culturais e o uso de materiais didáticos específicos que promovem a história e cultura afro-brasileira e africana.
* **Desafios Práticos:** Outras escolas enfrentam dificuldades devido à falta de recursos, apoio institucional e resistência de parte do corpo docente e da comunidade.

Os resultados parciais indicam que, embora a Lei 10.639 tenha gerado avanços importantes na inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas do RN, ainda há um longo caminho a percorrer. A formação de professores, a disponibilidade de recursos didáticos e a superação de resistências culturais são áreas críticas que necessitam de atenção contínua e investimentos.

Esses resultados preliminares serão aprofundados e ampliados nas próximas etapas da pesquisa, visando uma compreensão mais detalhada e abrangente dos desafios e oportunidades na implementação da Lei 10.639.

**5 Considerações Finais**

Este trabalho destaca a importância da Lei 10.639 no contexto do ensino religioso e a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, promovendo uma educação inclusiva e antirracista. A análise dos avanços e desafios na implementação da lei nas escolas públicas do RN revela a necessidade de políticas públicas consistentes, formação contínua de professores e materiais didáticos adequados. A contribuição dos autores negros brasileiros enriquece o entendimento sobre a relevância de uma educação que respeite e celebre a diversidade cultural, essencial para a construção de uma sociedade com diálogo inter-religioso.

**Referências**

ROCHA, Solange; DA SILVA, José Antonio Novaes. À luz da lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 5, n. 11, p. 55-82, 2013.

DA COSTA BRAGA, Sônia Maria; DE JESUS, Tiago Souza; DE FIGUEIREDO, Victor Matheus Gonçalves. EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES NEGROS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE PACATUBA-CE.

ROSSETO, Selma Correia. **Religiões de matriz Africana: Inclusão ou exclusão na disciplina de ensino religioso?**. 2016. Dissertação de Mestrado. Faculdade Unida de Vitoria (Brazil).

1. Graduanda em Ciências da Religião pela UERN. Contato: carolinadias@alu.uern.br [↑](#footnote-ref-1)